

# A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PELA PECUÁRIA NO CENTRO-OESTE\*

Dora Rodrigues Hess \*\*

Tereza Coni Aguiar \*\*

## INTRODUÇÃO

A expansão da pecuária no Brasil não é um fenômeno recente, ao contrário, esta atividade sempre teve papel fundamental na ampliação do espaço agrário brasileiro. Porém, foi a partir dos anos sessenta que a pecuária apresentou um ritmo mais acentuado de crescimento no País, ao mesmo tempo em que se alteraram os mecanismos que determinam a sua reprodução. Uma série de medidas governamentais foi criada, em meados da década de 60, com a finalidade de expandir a ocupação de vastas áreas do Território Nacional.

Assim, essa expansão acelerada da atividade criatória, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, tem se realizado, principalmente, através da conquista de novos espaços ainda não incorporados ao processo produtivo, com base em grandes propriedades. Além disso, vem-se observando, também, uma substituição da lavoura pela pecuária, particularmente em áreas de pequena produção agrícola. Entende-se esse

processo como o fenômeno da pecuarização, ainda que este seja considerado, normalmente, como substituição da lavoura pela pecuária. Porém, no caso das áreas de expansão da fronteira — dada a rapidez com que vem se processando essa forma de ocupação do espaço, a grande extensão de áreas que abrange, as repercussões sobre a organização do espaço agrário e as consequências sociais que acarretam — considera-se adequado falar em pecuarização, num sentido mais amplo, e não simplesmente em expansão da pecuária.

Essa modalidade de apropriação do espaço — provocando em muitas áreas do País um forte predomínio da atividade criatória sobre as demais — tem ocasionado grandes impasses entre os diferentes agentes sociais do meio rural brasileiro e graves problemas de disputa pela terra que resultam, freqüentemente, na expulsão de pequenos produtores de subsistência e na limitação do acesso à terra a um grande número de lavradores que se dirigem à fronteira agrícola.

Noutras áreas, onde a ocupação já se encontra mais estruturada, a substituição da lavoura pela pecuária acarretou, igualmente,

\* Recebido para publicação em 24/2/87.

\*\* Analistas especializadas em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Os autores agradecem a colaboração de Ângelo Jorge Ferreira Pereira da Silva, Elcy Teixeira de Assis e Silva e Iaci Leandro Ferreira.

te, sérios problemas, já que provoca mudanças nas relações sociais que se refletem na organização do espaço agrário. Assim, tem-se, como tendência, a redução do trabalho de natureza familiar, o que conduz à diminuição da produção de bens de subsistência, e à crescente adoção de relações de trabalho de caráter assalariado que são as que mais se coadunam com os objetivos de obtenção de lucro dos empreendimentos empresariais.

A hegemonia da atividade criatória associada à fraca diversificação das atividades agrícolas contribuem para a falta de perspectiva das populações locais, no sentido de sua prosperidade social. Sem vislumbrar um futuro melhor, em termos de suas condições materiais, resta aos trabalhadores rurais poucas opções além do abandono de sua região e a busca de outras áreas onde terão, também, que lutar pela sua sobrevivência.

### CONDIÇÕES DA REPRODUÇÃO DA PECUÁRIA NO ESPAÇO AGRÁRIO

Sem dúvida, a conjugação de ações viabilizadas pelo Estado, sobretudo a partir da década de 60, criou condições que permitiram o elevado crescimento da atividade criatória no Centro-Oeste, num curto período de tempo.

Tal atividade beneficiou-se, primeiramente, de uma série de instrumentos, criados pelo governo — como o crédito rural, os incentivos fiscais e os programas especiais voltados para o setor agropecuário — e cujos objetivos eram: a ampliação da fronteira; o aumento da produção e a elevação dos níveis de produtividade. Além desses estímulos, que contribuíram para a expansão da agricultura e que resultaram no grande aumento da criação de bovinos, a pecuária também captou recursos oriundos de medidas governamentais, destinadas especificamente à bovinocultura de corte, cuja finalidade última se constituía na exportação de carne, atividade que, também, foi amplamente incentivada pelo Governo Federal.

Esperava-se, ao incentivar a produção de carne, contribuir, de forma efetiva, para a redução do deficit na balança de pagamentos. Desse modo, a carne foi considerada um produto prioritário em termos de destinação de recursos financeiros, devido à grande possibilidade de sua colocação no mercado mundial.

Em 1983, o Brasil alcançou posição de destaque no mercado externo, colocando-se como um dos maiores exportadores mundiais de carne bovina. Contribuiu, significativamente, para esse aumento da participação do País no mercado internacional a forte retração que sofreu o mercado interno, notadamente, a partir de 1979, em função da perda de poder aquisitivo da classe média, principal segmento da população consumidora de carne bovina (Tabela 1).

TABELA 1  
PRODUÇÃO, DEMANDA INTERNA, EXPORTAÇÃO, CONSUMO GLOBAL E PER CAPITA  
NO BRASIL — 1977-84

ANOS	PRODUÇÃO (1 000 t)	DEMANDA INTERNA (1 000 t)	EXPORTAÇÃO (1 000 t)	CONSUMO GLOBAL (1 000 t)	CONSUMO PER CAPITA (kg)
1977	2 446	2 668	217	2 268	20,5
1978	2 320	2 318	148	2 318	20,4
1979	2 114	2 140	118	2 140	18,4
1980	2 084	1 991	190	1 991	16,7
1981	2 110	1 886	315	1 886	15,4
1982	2 385	2 019	398	2 019	16,1
1983	2 350	1 889	500	1 880	14,5
1984*	2 400	1 800	500	1 800	13,5

FONTE — FGV, CACEX e CONDEPE.

\* Os dados referentes a 1984 correspondem a uma previsão.

A reduzida capacidade de aquisição da população brasileira, ao funcionar como um freio ao consumo da carne por grande parte da população, principalmente das classes média e baixa, desestimula a atividade, sobretudo a sua melhoria técnica. Na realidade, este fator contribui para que a pecuária continue se reproduzindo, em grande parte, em níveis de produtividade extremamente baixos.

Essa retração do consumo se deu, entretanto, num período em que foi intensificado o processo de urbanização no Brasil, fenômeno que deveria ter provocado um aumento do consumo da carne bovina, já que as populações residentes nos centros urbanos consomem, preferencialmente, esse tipo de carne.

É importante considerar, ainda, no que diz respeito ao papel desempenhado pelo Estado na expansão da pecuária, o compromisso assumido por este com a classe empresarial, durante os governos militares, de criar a infra-estrutura necessária (no caso do Centro-Oeste, principalmente, a abertura de grandes eixos viários) à expansão da fronteira agrícola brasileira. Esse aspecto, quando considerado juntamente com os incentivos criados pelo governo para a compra de grandes extensões de terra, a preços extremamente baixos, pode elucidar o grande ganho que as empresas agropecuárias obtiveram, apenas, com a rápida valorização que determinados espaços alcançaram, quando beneficiados por importantes eixos viários.

A apropriação desses espaços, localizados em áreas distantes e de difícil acesso, pode, também, dificultar o controle das vendas da produção, sendo essa uma outra faceta do processo de reprodução da pecuária. Trabalhos recentes, realizados na área, apontam grandes margens de sonegação da produção da carne, principalmente pelo setor mais organizado dessa atividade, fato que se constitui num risco altamente compensador em termos financeiros.

É importante lembrar que, no Brasil, a pecuária sempre foi considerada um bom negócio, despertando o interesse, não só da oligarquia rural como, também, da burguesia urbana para a aplicação de capital na criação bovina. Em termos de investimento,

essa atividade se apresenta vantajosa, uma vez que a compra de terras com pastagens naturais e de rebanho asseguram, por si mesmas, a valorização do capital aplicado que se reproduz sem grandes riscos ligados a problemas ambientais. A pecuária apresenta, também, algumas vantagens comparativas em relação a outros tipos de investimentos: não exige muitas despesas com insumos e oferece facilidade de comercialização que lhe assegura grande liquidez.

Além disso, a atividade criatória apresenta-se, também, vantajosa para o produtor rural, na medida em que emprega menor número de trabalhadores que outras atividades econômicas, mesmo quando desenvolvida em sistemas mais intensivos. Para a execução de tarefas de caráter eventual, como a formação e renovação de pastagens, o produtor se utiliza de mão-de-obra temporária o que além de se constituir numa economia de despesas com salários, representa, também, uma redução dos gastos que teria o pecuarista com encargos sociais.

Esse conjunto de condições favoráveis à reprodução do capital, notadamente em áreas de fronteira, através do setor pecuário, explica, também, o interesse mais recente de outras frações do capital, como o financeiro e industrial, em investir nesse tipo de empreendimento nessas áreas. Para os grandes grupos econômicos, a fronteira agrícola pode se constituir no espaço apropriado para a obtenção de lucros mais elevados do que poderiam alcançar em outras áreas do País.

---

## **A EXPANSÃO DA PECUÁRIA E O SEU SISTEMA DE PRODUÇÃO**

---

O impacto ocasionado pela rápida expansão da pecuária no espaço agrário nacional, a partir dos anos sessenta, fez-se notar, mais significativamente, no Centro-Oeste, por reunir essa Região uma série de condições que propiciaria o crescimento dessa atividade, de acordo com os objetivos da política governamental. Assim, o Centro-Oeste foi a região que apresentou o maior dinamismo na expansão horizontal da agro-

pecuária, acusando um aumento, no período 1970/80, de 31.730.839 hectares na área de seus estabelecimentos rurais, o que equivaleu a um crescimento de 38,84%. Nesse mesmo período, incorporou 16.008.922 cabeças de gado ao seu rebanho, o maior incremento do efetivo bovino do País, correspondendo a uma variação da ordem de 93,00%. Em 1980, essa Região, totalizando 33.261.006 animais, situava-se, nesse aspecto, em segundo lugar em relação às demais regiões brasileiras, superada, apenas, pelo Sudeste por uma pequena margem de diferença.

Esse aumento do efetivo bovino se fez acompanhar de um acelerado crescimento das áreas de pastagens plantadas, da ordem de 15.591.880 hectares, representando uma variação de 171,80%. Na realidade, essa ampliação das pastagens foi tão expressiva que chegou a corresponder a 51,00% da incorporação de pastos plantados verificada no Brasil, na década de 70. Esses indicadores, que são os que melhor revelam a expansão da pecuária, expressam-se com intensidades diferentes no espaço agrário regional, em função das características do sistema produtivo e de acordo com uma conjugação de fatores que condicionam o crescimento dessa atividade.

Quando se compara a proporção do crescimento das áreas totais dos estabelecimentos rurais com a do crescimento das áreas de pastos plantados, nas diversas microrregiões, pode-se perceber, nitidamente, áreas onde a incorporação de terras aos estabelecimentos foi maior do que o aumento verificado na área total de pastagens formadas (Mapa 1). Tal fato, constatado, principalmente, na porção setentrional do Centro-Oeste, poderia indicar que, nessas áreas, o processo de reprodução da pecuária se faz acompanhar de uma grande especulação de terras. Não obstante, por se tratar, em grande parte, de áreas de ocupação recente, os ritmos de crescimento do efetivo bovino e das pastagens plantadas foram dos mais expressivos do Centro-Oeste, apesar de inferiores ao acelerado crescimento das áreas

dos estabelecimentos rurais (Mapas 2, 3 e 4). Já noutras áreas, compreendidas basicamente por Mato Grosso do Sul e sul de Goiás, a formação de novas pastagens suplantou a área incorporada aos estabelecimentos rurais, o que poderia significar uma tendência à melhoria do sistema de criação bovina. Acompanhando esse processo de melhoria do sistema criatório, verificou-se, também, nessas áreas, crescimentos do efetivo bovino da mesma magnitude que os observados nas áreas de fronteira agrícola do norte do Centro-Oeste.

Essa expansão da pecuária, que se acentuou, sobretudo, na década de 70, vem reafirmar a importância que essa atividade alcança na Região, a nível econômico e espacial. Em 1980, a pecuária bovina participava com 58,90% do valor total da agropecuária do Centro-Oeste, o que a situa como a atividade econômica mais importante do setor agropecuário regional<sup>1</sup>. Em termos espaciais, é, também, a atividade mais expressiva já que ocupava, nesse mesmo ano, grandes extensões em pastagens, 67.665.720 hectares, equivalentes a 59,60% da área total dos estabelecimentos rurais.

Embora a pecuária se sobressaia pela renda que gera e pelo espaço que ocupa, encontram-se áreas no Centro-Oeste onde se destaca a produção da lavoura, atividade econômica que foi, também, bastante incentivada pelo Governo Federal<sup>2</sup>. As lavouras comerciais, entretanto, apresentam-se de forma concentrada no espaço agrário e associadas, muitas vezes, à prática da pecuária.

Freqüentemente, cultiva-se o arroz durante um ou dois anos, antes da formação de pastagens, geralmente em sistema de arrendamento, como forma de reduzir os custos desse empreendimento.

Mesmo considerando os crescimentos recentes, alcançados pela lavoura comercial, constata-se que a criação bovina avança sobre áreas dedicadas à produção de subsistência, acentuando, assim, ainda mais, a hegemonia da pecuária sobre as demais atividades econômicas, na maior parte do

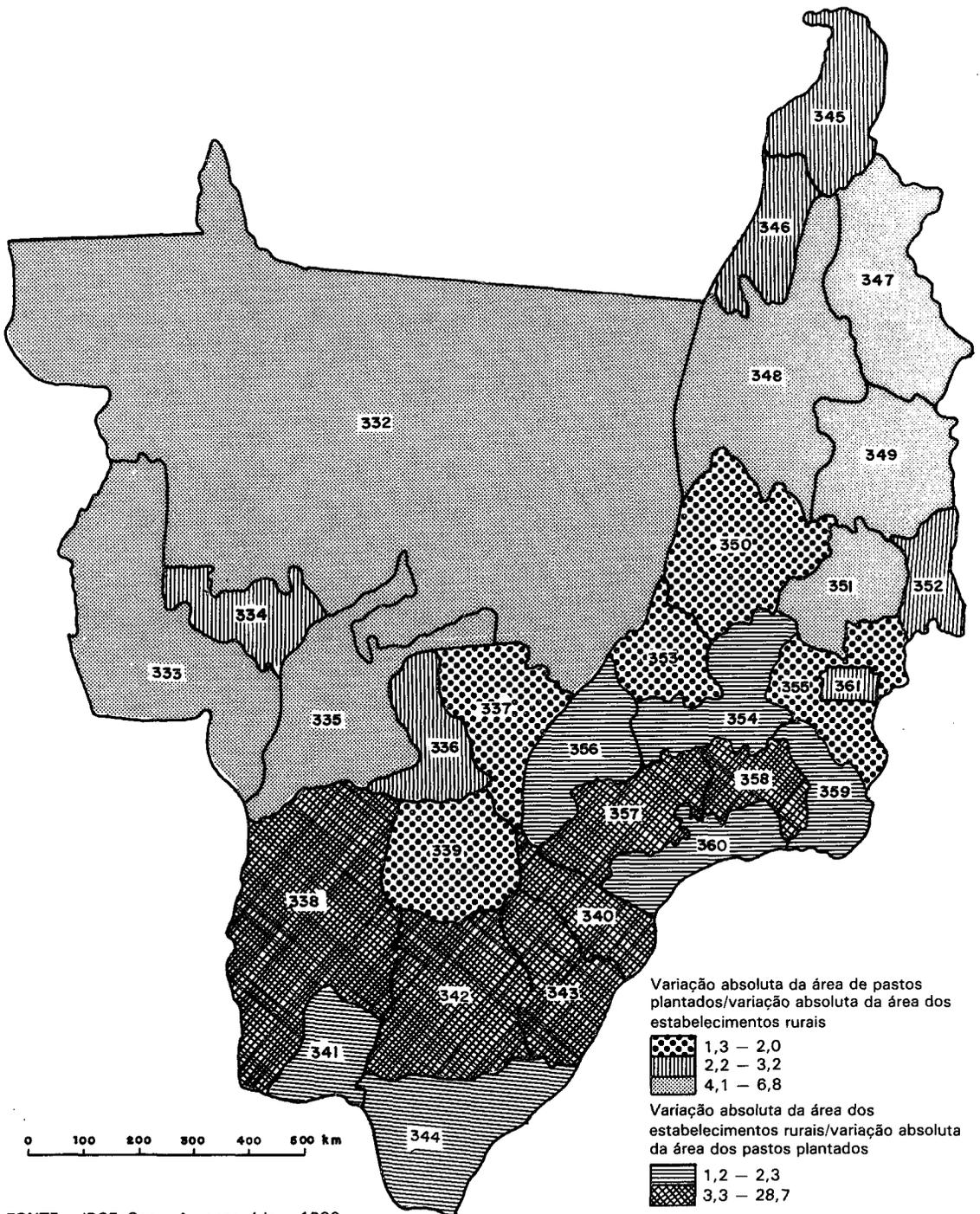
1 - Deve-se lembrar que, devido à grande margem de sonegação por parte dos fazendeiros, os dados oficiais não revelam o verdadeiro valor proveniente da produção pecuária.

2 - Ver a esse respeito SÁ et alii, 1984.

MAPA 1

REGIÃO CENTRO-OESTE  
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

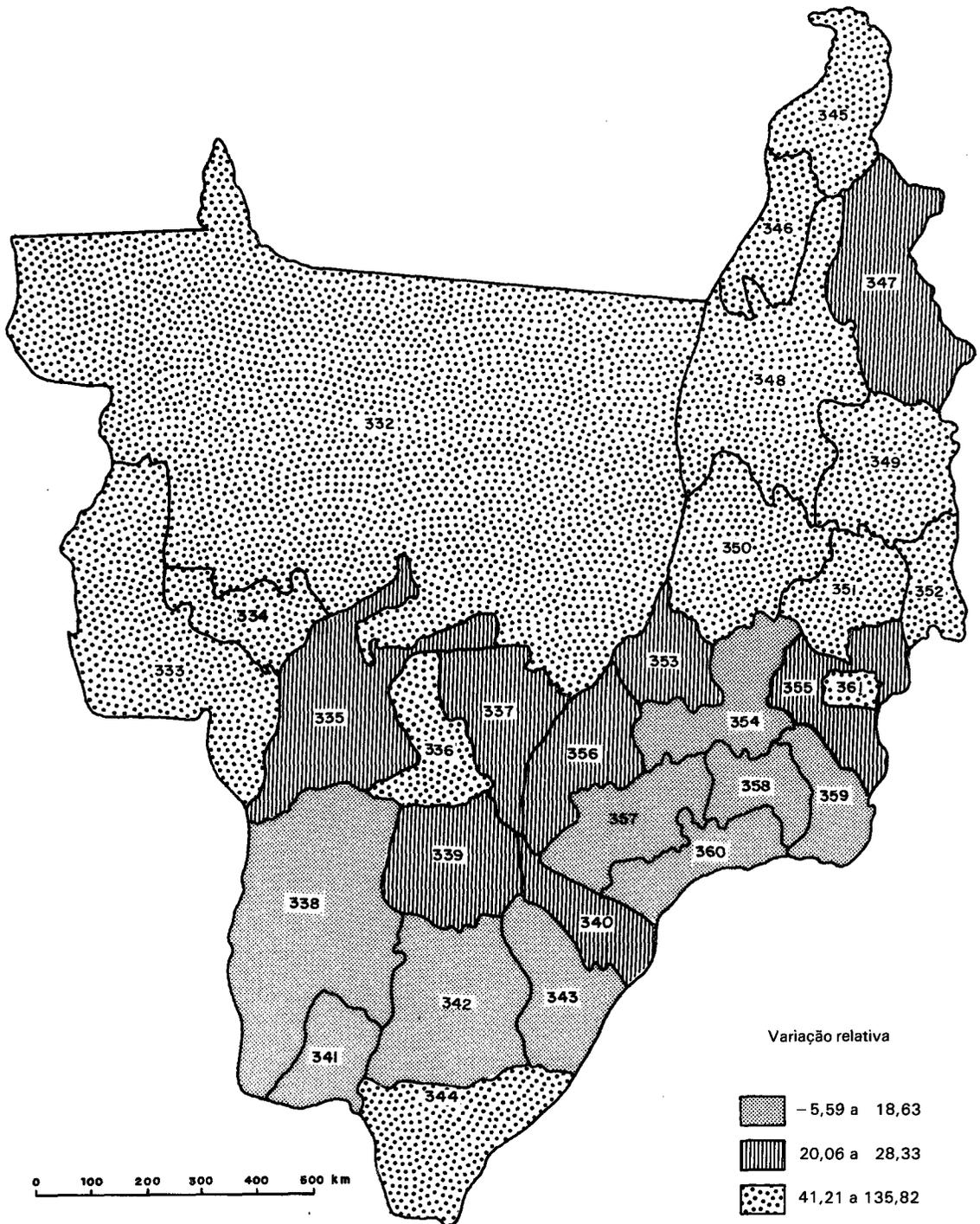
RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO ABSOLUTO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS  
AGROPECUÁRIOS E DOS PASTOS PLANTADOS — 1980



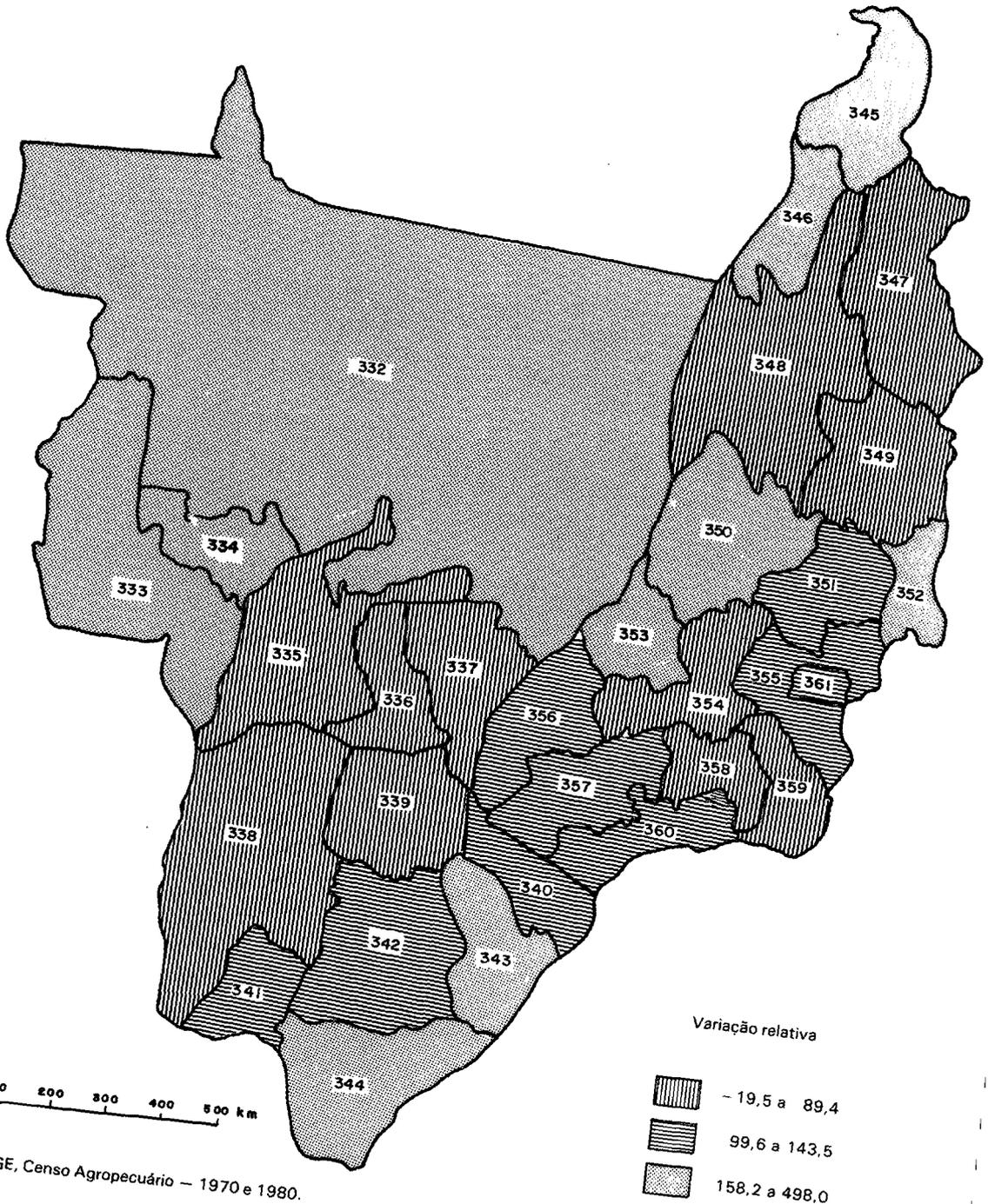
## MAPA 2

REGIÃO CENTRO-OESTE  
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

## EXPANSÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS – 1970/80



MAPA 3  
 REGIÃO CENTRO-OESTE  
 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS  
 CRESCIMENTO DO REBANHO BOVINO – 1970/80

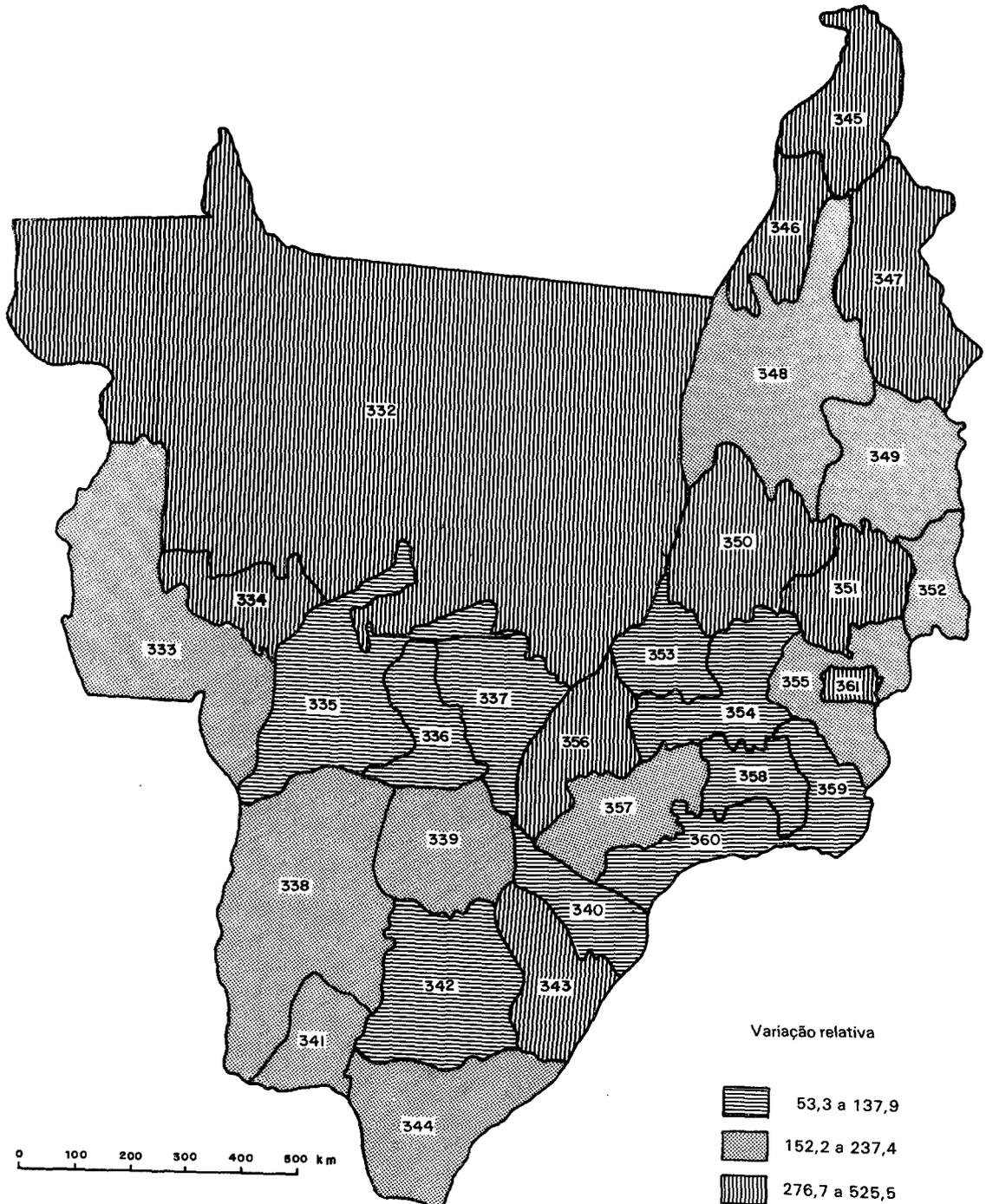


FORNTE – IBGE, Censo Agropecuário – 1970 e 1980.

## MAPA 4

REGIÃO CENTRO-OESTE  
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

## EXPANSÃO DA ÁREA EM PASTAGENS PLANTADAS — 1970/80



Centro-Oeste. Esta atividade tem papel preponderante na vida regional, constituindo-se no setor econômico capaz de estabelecer as principais relações sociais de produção vigentes na Região.

Ao contrário do que ocorre com a lavoura, cuja produção dos principais cultivos comerciais volta-se para outras regiões do País ou para a exportação, a produção da carne destina-se, principalmente, aos mercados regionais que cresceram consideravelmente, acompanhando o recente processo de alargamento da fronteira agrícola. Atualmente, a população que vive nos centros urbanos da região e, também, os habitantes da zona rural se constituem em importante mercado consumidor da carne bovina e do leite, que são produzidos no Centro-Oeste. Assim, essa Região embora apresente-se auto-suficiente, no que diz respeito ao abastecimento desses produtos de origem animal, e possua, também, importante papel como supridora de mercados consumidores fora da Região destaca-se, ainda, através do fornecimento de bovinos vivos, para recria e engorda noutras regiões brasileiras. Existem na região grandes matadouros que adotaram padrões mais elevados de organização e não dirigem sua produção para os mercados regionais, interessando-se mais pela exportação. A maioria dos mercados consumidores do Centro-Oeste é abastecida, estritamente, pelos matadouros de padrão médio e matadouros municipais, havendo também grande expressão dos abates informais, realizados de modo clandestino, que não passam pela fiscalização do Serviço de Inspeção Federal (SIF)<sup>3</sup>.

Constitui-se, portanto, o corte na principal finalidade do rebanho bovino do Centro-Oeste, para o qual se volta 88,00% do seu efetivo. A pecuária leiteira é, assim, uma atividade de reduzida expressão, constituindo-se num subproduto da bovinocultura de corte, e assume maior importância em Goiás. Nesse estado, principalmente em torno de Brasília, Goiânia, Anápolis, e na porção sul, há maior participação do rebanho leiteiro, em função da demanda desses centros consumidores. A pecuária de leite, nessas áreas,

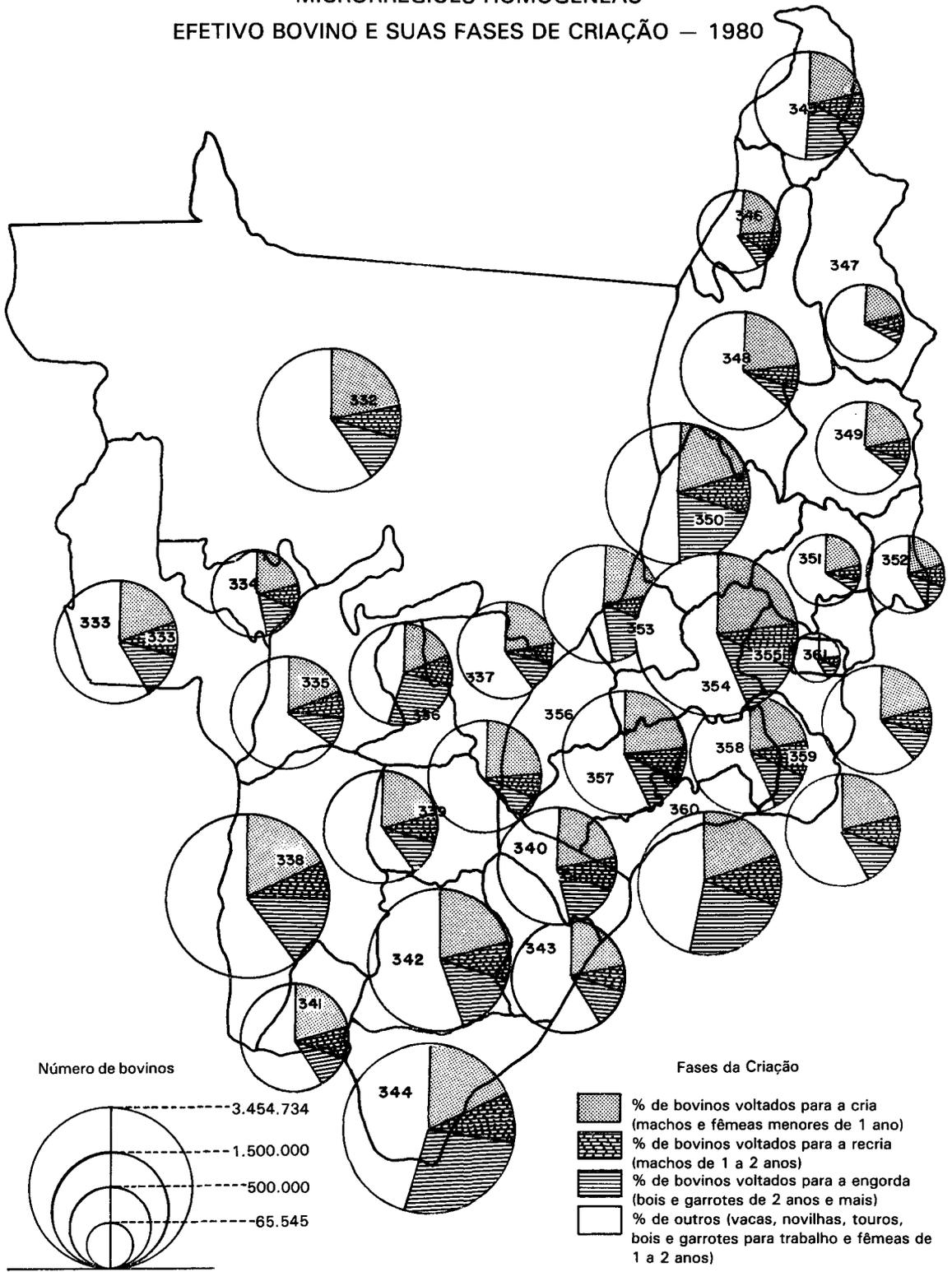
também, recebeu incentivos no sentido de estimular a sua participação no abastecimento do mercado paulista, o que não chegou, no entanto, a se traduzir numa especialização do espaço agrário. No Centro-Oeste, apenas a atividade de engorda assume maior expressão, apesar de a participação de bois e garrotes no total do rebanho não ultrapassar 30,00%, percentual a partir do qual se considera haver, usualmente, a especialização da atividade de engorda.

Em termos de especialização de áreas, nas fases de criação do rebanho bovino, verificam-se algumas alterações em função das transformações que vêm se dando nos processos sociais e nas formas de organização do espaço, em virtude da aceleração da acumulação capitalista no País. Assim, as áreas de especialização da produção agropecuária no Centro-Oeste passaram a se organizar não mais, essencialmente, na dependência da localização de mercados, mas em função dos novos mecanismos que reorientaram a expansão da pecuária. Nesse sentido, além das áreas mais próximas aos grandes mercados do Sudeste, como as Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados (344) e a Vertente Goiana do Paranába, (360), tradicionalmente mais voltadas para a engorda, outras microrregiões como Rondonópolis (336) e Alto Tocantins (350), mais distantes das áreas mais importantes de invernada do País, também alcançaram participação elevada do número de bois e garrotes no total do rebanho e dos bovinos voltados para a engorda (Mapa 5). Este fato demonstra que houve condições e, portanto, interesse na reprodução do capital em áreas mais distantes dos principais centros consumidores do País. A ampla disponibilidade de espaços, sobretudo, na porção norte da Região Centro-Oeste, onde a existência de terras ainda inexploradas possibilita a ampliação da margem de lucros, constitui-se numa das condições que contribuem para viabilizar a reprodução da pecuária de corte em escala ampliada nessa área do território nacional.

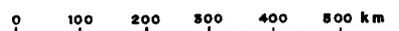
A integração dessas áreas ao centro do País, efetiva através da abertura de grandes eixos viários, tem favorecido, também, a localização de empreendimentos agrope-

3 — BERNARD, Jean. S. D.

MAPA 5  
 REGIÃO CENTRO-OESTE  
 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS  
 EFETIVO BOVINO E SUAS FASES DE CRIAÇÃO — 1980



Fonte — IBGE, Censo Agropecuário — 1980.



cuários no norte do Centro-Oeste. Porém, esse aspecto deve ser relativizado, já que muitas das empresas, detentoras de grande capital, localizaram-se em áreas de difícil acesso e mantêm ligação com a região, basicamente, através de transporte aéreo.

Houve, também, durante a década de 70, incentivos governamentais à implementação de empresas ligadas a frigoríficos que visavam dar suporte à produção da carne, com vistas a sua exportação.

A existência dessas condições, favoráveis à expansão da pecuária, permitiu que se delineassem espaços que tendem a se especializar na fase de engorda. Já a cria e a recria se encontram disseminadas em toda a Região Centro-Oeste sem que se destaquem áreas com participação significativa na prática de uma ou outra fase. Nessa Região, a cria e a recria se desenvolvem no mesmo espaço agrário havendo, porém, produtores que se dedicam às duas fases ou, apenas, a uma delas. Muitas vezes, ainda, os pecuaristas realizam as três fases do processo criatório numa mesma unidade de produção.

A ampla disponibilidade de terras fez com que a expansão da pecuária, na maior parte do Centro-Oeste, não precisasse se dar, necessariamente, através da incorporação de grandes inovações tecnológicas, apesar de constar dos objetivos da maioria dos programas governamentais a elevação da produtividade e a melhoria do rebanho, através de tecnologia moderna.

Tomando-se o nível de produtividade como um índice revelador do progresso técnico, verificado na pecuária, tem-se em boa parte do Centro-Oeste, sobretudo em sua

porção norte, baixos níveis de produtividade nessa atividade (Mapa 6)<sup>4</sup>.

Em linhas gerais, percebe-se que essas áreas que se caracterizaram pela prática da pecuária, segundo moldes mais extensivos, e, portanto, apresentam níveis mais baixos de produtividade, estão associadas, sobretudo, às atividades de cria e recria. Já as áreas que se destacaram, por apresentar níveis mais elevados de produtividade, são aquelas onde a engorda alcançou maior expressão (Mapas 5 e 6).

Embora na elaboração do nível de produtividade tenha sido incluída a densidade do rebanho, convém destacar esse indicador por ser aquele que bem reflete a subutilização a que estão sujeitas as terras dedicadas à criação bovina no Centro-Oeste. É nas áreas de nível mais elevado de produtividade — sul e sudoeste de Goiás e parte meridional de Mato Grosso do Sul — que as densidades do rebanho são mais altas. Mesmo assim, nessas áreas, a relação número de unidades-animal/hectares de pastagens é ainda muito baixa, não alcançando 1 unidade-animal/hectares de pastos. Portanto, na grande extensão do Centro-Oeste, onde se pratica a pecuária, as densidades são muito fracas sendo que a média regional é de 0,49 unidade-animal/hectares de pastagens.

Ao mesmo tempo em que ainda se constata essa baixa densidade do rebanho bovino, verificam-se alguns avanços técnicos, a exemplo do aumento da utilização de tratores na agropecuária do Centro-Oeste, ao longo da década de 70. Em 1980, essa Região totalizava 63.391 unidades, tendo-se verificado que, somente na década de 70, houve uma incorporação de 53.051 trato-

4 — O nível de produtividade da pecuária foi estabelecido a partir da consideração dos seguintes indicadores: a densidade do rebanho (número de unidades-animal/100 ha de pastagens), a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade, a produtividade animal (valor da produção pecuária, entendido este como o valor dos bovinos vendidos e abatidos, mais o valor da produção de leite/ número de unidades-animal) e a produtividade da terra (valor da produção pecuária/área total de pastagens). Para o cálculo do nível de produtividade foram utilizadas as "unidades-animal" que resultam da conversão do rebanho em unidades comparáveis, em função das diferenças existentes entre o consumo alimentar das diversas faixas etárias de um determinado rebanho. De acordo com o *Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte*, v. 2 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 1970), tem-se os seguintes coeficientes:

1 touro — 1,25 "unidade-animal"

1 vaca — 1,00 "unidade-animal"

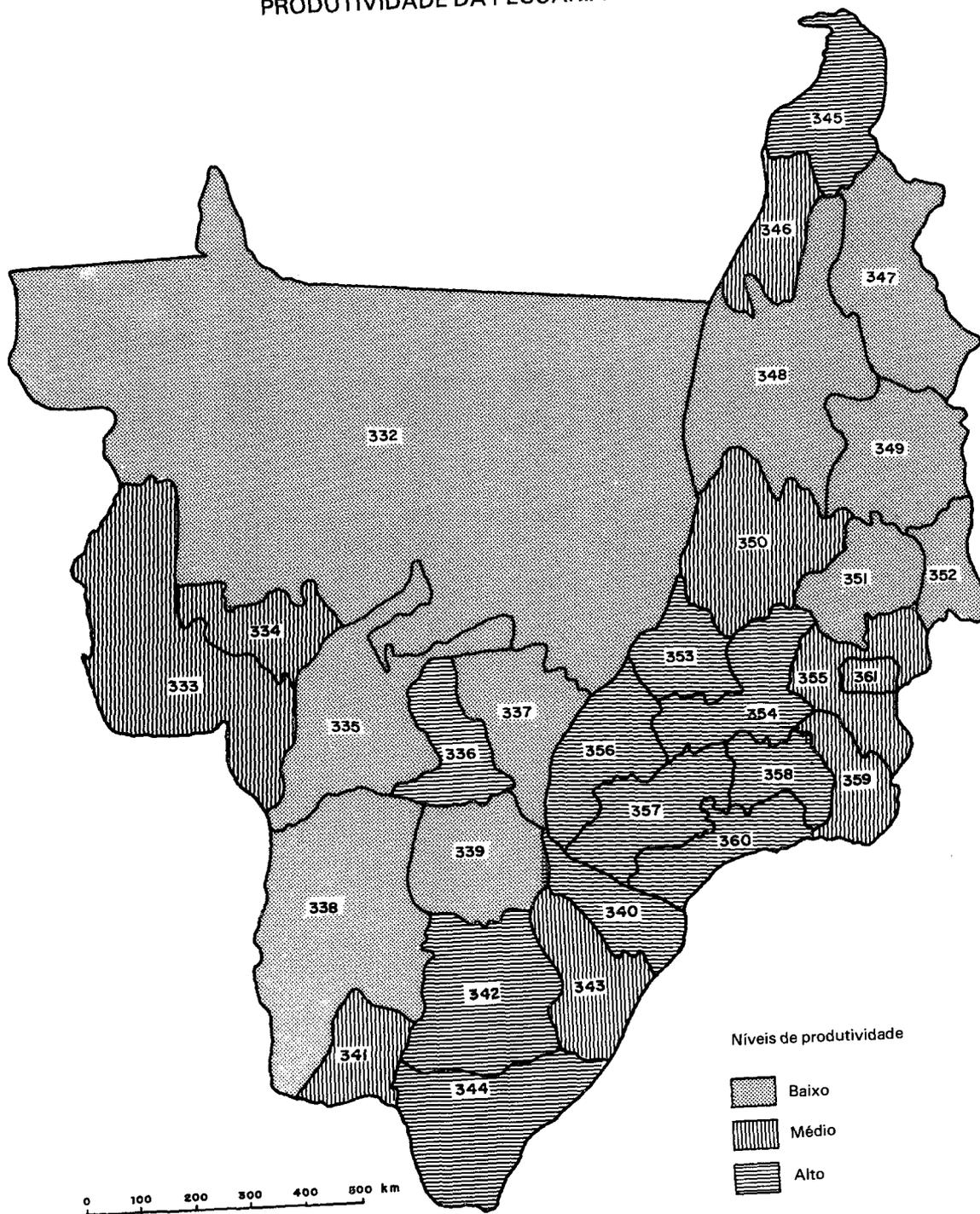
1 bezerro — 0,25 "unidade-animal"

1 novilho de 1 a 2 anos — 0,50 "unidade-animal"

1 novilho de 2 a 3 anos — 0,75 "unidade-animal"

1 novilho de mais de 3 anos ou 1 boi de engorda — 1,00 "unidade-animal".

MAPA 6  
REGIÃO CENTRO-OESTE  
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS  
PRODUTIVIDADE DA PECUÁRIA — 1980



Fonte — IBGE, Censo Agropecuário — 1980.

res. Embora a utilização desse tipo de equipamento agrícola não se direcione apenas à pecuária, sabe-se que os tratores são muito empregados nas derrubadas de matas e preparo do solo para a formação de pastagens. Tanto é que, na década de 70, quando foi marcante a expansão da pecuária, verificou-se grande aumento do emprego de tratores em áreas de abertura de fronteira, como, por exemplo, a Microrregião Norte Mato-grossense (332), que acusou, nesse período, um crescimento de 4.490 unidades.

Se, por um lado, verificaram-se certos avanços na pecuária, no que diz respeito ao emprego de algumas técnicas, como o uso de tratores, por outro, constata-se que, em todas as microrregiões do Centro-Oeste ainda são muito reduzidas as despesas com a complementação alimentar do rebanho e com medicamentos. Este fato reflete-se nos baixos níveis de produtividade apresentados pela pecuária, na maior parte do Centro-Oeste, e torna o seu rebanho muito vulnerável à seca, bastante prolongada na Região. De fato, em períodos de estiagem, ocorrem consideráveis perdas de peso e mortes de animais, em função da escassez de pastagens e da pequena complementação alimentar, quer através da utilização de rações industriais, quer pelo emprego de ração verde, já que é insignificante o número de pecuaristas que se utiliza desses recursos. Acresce, ainda, o fato de que as áreas ocupadas com pastagens naturais, de baixo teor alimentício, representadas, em grande parte, pelos campos e cerrados, são superiores às áreas de pastagens plantadas, na grande maioria das microrregiões do Centro-Oeste. Nesta Região, as pastagens naturais ocupavam 37,90% da área total dos estabelecimentos rurais, em 1980, enquanto as de pastos plantados representavam 21,70% daquele total. Apenas em algumas microrregiões que se situaram nos níveis mais elevados de produtividade, no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul, é que as pastagens plantadas superaram as naturais.

Como consequência desse sistema criatório com características de extensividade, a que está submetida a maior parte do

rebanho do Centro-Oeste, a taxa de desfrute, nessa Região, é das mais baixas do País<sup>5</sup>. A escassez estacional de forragens e o reduzido emprego de insumos na criação bovina resultam num atraso do crescimento e engorda dos animais, postergando, assim, a idade do abate que se dá, em geral, em animais na faixa de 4 a 6 anos. Além disso, o expressivo contingente de bovinos que é abatido fora da região, principalmente em São Paulo, e, ainda, o fato de o Centro-Oeste ser importante fornecedor de animais para a recria e engorda em outras áreas do País, contribuem muito para que seja baixa a sua taxa de desfrute. A despeito do volume de recursos que foi canalizado para a pecuária, na década de 70, constata-se que o seu sistema criatório não apresentou grandes mudanças técnicas, predominando, ainda, modalidades extensivas de exploração, nas quais grandes extensões de terras se encontram bastante subutilizadas.

## AS CONCENTRAÇÃO DA TERRA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Sendo a pecuária uma atividade que, no contexto regional, se desenvolve, cada vez mais, em grandes estabelecimentos rurais, o grau de concentração fundiária no Centro-Oeste é dos mais elevados do País. Essa concentração de um meio de produção, fundamental no processo produtivo agrícola, tem, por sua vez, papel determinante no que diz respeito às formas de inserção das diversas categorias de produtores rurais no sistema produtivo, como, também, no que se refere à reprodução da força de trabalho rural.

Sobretudo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, têm-se as maiores participações da área dos grandes estabelecimentos rurais. Em, praticamente, todo o Estado de Mato Grosso, com exceção, apenas, de Rondonópolis (336) e Garças (337), as unidades com área a partir de 10.000 hectares representam mais de 40,00% da área total dos estabelecimentos. Em Mato Grosso do Sul, esse fato ocorre na vasta Microrregião

5 — Compreende-se por taxa de desfrute a percentagem de animais abatidos no total do rebanho.

dos Pantanaís (338) e nas demais predominam, espacialmente, as unidades de 1.000 a 10.000 hectares (Mapa 7).

Já em Goiás, a concentração de terras não se dá de forma tão acentuada como nos outros estados, o que se evidencia pelo fato de que em nenhuma microrregião deu-se a participação de mais de 40,00% da área de estabelecimentos rurais com 10.000 hectares ou mais. Em boa parte do sul e norte desse estado as grandes unidades de produção — de 1.000 a 10.000 hectares e de 10.000 hectares e mais — não alcançam 40,00% do espaço agrário das microrregiões (Mapa 7).

É nessas grandes unidades de produção que se concentram as maiores extensões de terras (82.443.785ha) relativas aos estabelecimentos rurais do Centro-Oeste que têm, como atividade econômica principal, a pecuária bovina (Tabela 2). Assim, em Mato Grosso, 90,68% das áreas de estabelecimentos, dedicados a essa atividade econômica, concentram-se em unidades de produção com área superior a 1.000 hecta-

res. Da mesma forma, percebe-se em Mato Grosso do Sul que as maiores concentrações de áreas de estabelecimentos (86,05%) voltadas à criação bovina, se dão em unidades produtivas com mais de 1.000 hectares. Já em Goiás, é menor a proporção de áreas voltadas para a pecuária bovina nos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, ou seja, 58,06%.

Essa elevada concentração de terras, tendo a pecuária como atividade econômica mais importante, vem se dando através de um processo crescente de privatização das terras. Tal ocorre quando este bem passa a se constituir em mercadoria valorizada no mercado, perdendo o seu valor de uso e adquirindo o valor de troca. Assim, cada vez mais, a terra passa a ser buscada como um bem capaz de obter valor através do tempo e não somente em consequência dos investimentos que nela forem realizados. Nesse sentido, pessoas das mais variadas origens, sendo uma grande parte ligada a atividades urbano-industriais, passaram a buscar a terra como um investimento vanta-

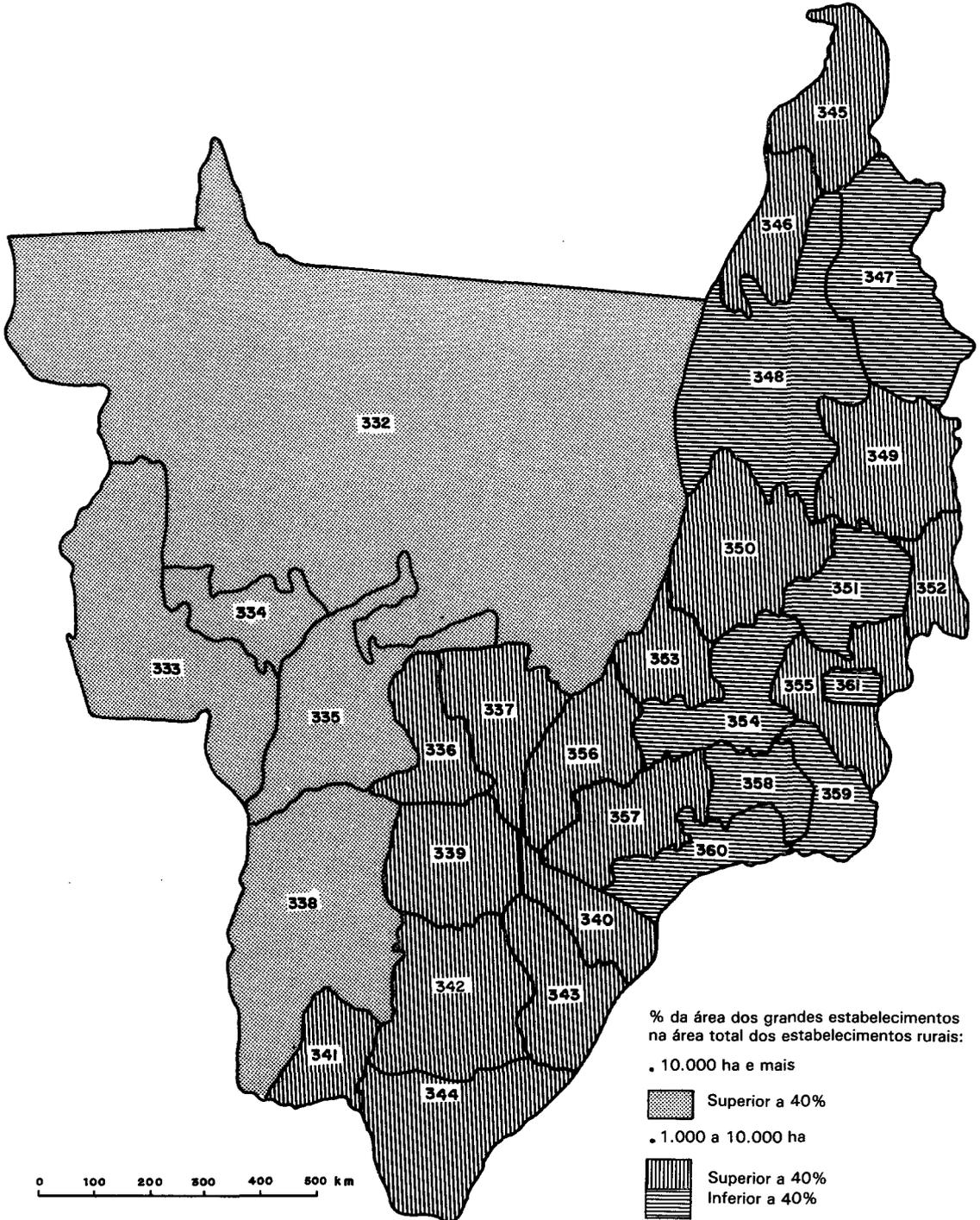
TABELA 2  
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO CENTRO-OESTE SEGUNDO ESTRATO FUNDIÁRIO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DE ÁREA (ha)	ATIVIDADES ECONÔMICAS							
	Agricultura e agropecuária				Pecuária			
	Área (ha)	%	Estabele- cimentos	%	Área (ha)	%	Estabele- cimentos	%
Centro-Oeste .....	24 812 475	-	132 942	-	82 443 785	-	113 043	-
Menos 10 .....	221 602	0,89	44 899	33,77	24 513	0,03	3 837	3,39
10 a menos de 100 .....	2 133 035	8,60	55 840	42,00	2 018 213	2,45	40 855	36,14
100 a menos de 1 000 .....	8 120 330	32,73	28 106	21,14	18 133 048	22,00	54 220	47,96
1 000 a menos de 10 000 .....	9 337 696	37,63	3 888	2,93	34 374 074	41,69	13 063	11,56
10 000 e mais .....	4 999 812	20,15	209	0,16	27 893 937	33,83	1 068	0,95
Mato Grosso .....	9 361 639	-	44 194	-	22 247 964	-	12 755	-
Menos 10 .....	95 178	1,02	20 935	47,37	3 848	0,02	758	5,94
10 a menos 100 .....	525 897	5,62	15 361	34,76	172 752	0,78	3 825	29,99
100 a menos 1 000 .....	1 817 188	19,41	6 528	14,77	1 894 808	8,52	5 365	42,06
1 000 a 10 000 .....	3 409 605	36,42	1 242	2,81	7 373 426	33,14	2 350	18,42
10 000 e mais .....	3 513 771	37,53	128	0,29	12 803 130	57,54	457	3,59
Mato Grosso do Sul .....	3 977 168	-	25 497	-	25 631 534	-	20 309	-
Menos 10 .....	56 391	1,42	11 672	45,78	4 795	0,02	818	4,03
10 a menos de 100 .....	290 077	7,29	10 033	39,35	266 497	1,04	6 087	29,97
100 a menos de 1 000 .....	1 016 868	25,57	3 003	11,78	3 302 550	12,89	8 568	42,19
1 000 a menos de 10 000 .....	1 849 877	46,51	751	2,94	12 480 773	48,69	4 390	21,62
10 000 e mais .....	763 955	19,21	38	0,15	9 576 919	37,36	446	2,19
Goiás .....	11 367 876	-	61 847	-	34 450 020	-	79 413	-
Menos 10 .....	68 086	0,60	11 943	19,31	15 749	0,05	2 248	2,83
10 a menos de 100 .....	1 290 380	11,35	29 616	47,89	1 562 876	4,54	30 625	38,56
100 a menos de 1 000 .....	5 227 388	45,99	18 362	29,69	12 866 825	37,35	40 065	50,45
1 000 a menos de 10 000 .....	4 059 936	35,71	1 883	3,04	14 490 682	42,06	6 310	7,95
10 000 e mais .....	722 086	6,35	43	0,07	5 513 888	16,00	165	0,21
Distrito Federal .....	105 792	-	1 404	-	114 267	-	571	-
Menos 10 .....	1 947	1,84	349	24,86	121	0,10	18	3,15
10 a menos de 100 .....	26 681	25,22	830	59,12	16 088	14,08	318	55,69
100 a menos de 1 000 .....	58 886	55,66	213	15,17	68 865	60,27	222	38,88
1 000 a menos de 10 000 .....	18 278	17,28	12	0,85	29 193	25,55	13	2,28
10 000 e mais .....	-	-	-	-	-	-	-	-

MAPA 7

REGIÃO CENTRO-OESTE  
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

CONCENTRAÇÃO DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS — 1980



Fonte — IBGE, Censo Agropecuário — 1980.

joso, sobretudo, em período de recessão econômica e altas taxas de inflação. Essa situação provocou sérias transformações sociais no campo, pois alterava-se a lógica da relação homem-terra: de meio de realização da subsistência, a terra passa a objeto de investimento e especulação. Contra esse uso especulativo da terra, têm-se oposto inúmeros grupos cuja denúncia desse problema faz parte do trabalho realizado, nos últimos anos, pelos diversos sindicatos da Região e, principalmente, pela Igreja.

Nesse contexto, amplia-se significativamente o número de proprietários rurais no Centro-Oeste, uma vez que são esses produtores os mais beneficiados por incentivos para a compra de terras. De fato, somente na década de 70, há um aumento de 27.264 unidades produtivas exploradas por proprietários. Os aumentos mais significativos dessas unidades produtivas se deram em áreas com disponibilidade de espaços onde vêm ocorrendo o avanço da fronteira agrícola. Destacaram-se, então, o norte de Mato Grosso e o norte de Goiás para onde afluiu, nesse período, grande número de investidores.

Nesse processo de privatização das terras dá-se, em contrapartida, a expulsão de produtores que não têm a propriedade das terras. Assim, reduz-se em 14.284 o número de estabelecimentos rurais explorados por arrendatários e ocupantes. Porém, esse fato não ocorre da mesma forma em todo o Centro-Oeste. Verifica-se a redução dessas formas de exploração da terra sobretudo nas áreas de ocupação mais consolidada, onde as terras se apresentam muito valorizadas. Já nas regiões onde a área dos estabelecimentos rurais vem se ampliando, de forma muito acentuada, como é o caso de microrregiões do norte de Mato Grosso e de Goiás, os arrendatários, ocupantes e também os parceiros encontram, ainda, condições de se reproduzirem. Ocorre que, em fase de expansão da fronteira agrícola, os parceiros e os arrendatários são muito requisitados, sobretudo para a formação de pastos. Nesse contexto, os ocupantes conseguem se estabelecer, em geral, em regiões de acesso mais difícil e piores terras, ainda que de forma transitória. A tendência

predominante é a expulsão dos ocupantes no momento em que sua presença passa a ser conflitante com a expansão das empresas e grandes estabelecimentos agropecuários. Assim, ao longo da década de 70, deu-se no Centro-Oeste uma redução de 18,50% do número de unidades produtivas exploradas por ocupantes. Apenas Mato Grosso não apresentou redução no total de ocupantes, uma vez que, nesse período, a incorporação de novas áreas possibilitou a ocupação de terras, como se verificou nas Microrregiões Norte Mato-grossense (332) e Alto Guaporé-Jauru (333).

Como conseqüência da redução dessas formas de exploração da terra, os espaços, voltados para a produção de alimentos feijão, milho e mandioca, tiveram, apenas, um pequeno crescimento das suas áreas cultivadas, ao longo da década de 70. Dos produtos alimentares, apenas, o arroz apresentou uma ampliação mais significativa de sua área cultivada, já que, além de ser um produto essencialmente comercial, é utilizado, freqüentemente, no processo de formação de pastagens, geralmente por arrendatários e/ou parceiros.

Situação semelhante a desses produtores ocorre com os trabalhadores que, em período de grande incorporação de área aos estabelecimentos, são atraídos em grande número para as regiões de expansão da fronteira. Assim, os aumentos mais significativos do contingente de pessoal ocupado na agricultura deram-se, basicamente, nas áreas que contam com disponibilidade de espaços a serem utilizados e, também, onde o processo de modernização não vem, ainda, se dando de forma pronunciada. Mato Grosso do Sul, que se tem destacado pela intensificação da modernização no campo, ao longo da década de 70, apresentou os menores aumentos do contingente de pessoal ocupado na atividade agropecuária. Já em Mato Grosso e Goiás, onde a expansão da atividade agrícola vem-se dando mais pela incorporação de espaços do que pela sua modernização técnica, a absorção de mão-de-obra rural se mostrou acentuada<sup>6</sup>.

Em Mato Grosso, o ritmo de crescimento da área de estabelecimentos rurais foi de

6 — A esse respeito ver HEES et alii, 1987.

100,03% ao mesmo tempo em que o contingente de trabalhadores rurais acusava um crescimento de 113,90%. Assim também, em Goiás, a variação da área das unidades agrícolas de produção, da ordem de 33,73%, dá-se em ritmo semelhante ao do pessoal ocupado que foi de 42,60%. Tem-se, assim, em Mato Grosso do Sul, um pequeno dinamismo na expansão horizontal da agricultura, que acusou um crescimento de 7,96%, e do número de pessoas ocupadas na agropecuária, que cresceu, apenas, 3,00%. Nesse estado, os aspectos indicativos de crescimento da agropecuária expressam uma intensificação do seu processo de produção; em função disso, o incremento da mão-de-obra estaria se dando de forma reduzida.

## CONCLUSÃO

Os estímulos governamentais, que objetivavam a expansão da pecuária no Centro-Oeste, provocaram, de fato, uma ampliação do espaço agrário, um aumento das superfícies ocupadas com pastagens, assim como um crescimento do rebanho bovino. Porém, é ainda muito elevado o grau de subutilização das terras, dado o caráter extensivo da criação bovina, sobretudo no caso da pecuária de corte. Essa característica pode expressar uma racionalidade do comportamento do pecuarista, pois considerando o preço dos fatores de produção e o preço do produto final, torna-se vantajoso, muitas vezes, o processo de produção que se baseia na utilização de grandes áreas com um mínimo de inovações tecnológicas. Somente as compras de terras com pastagens naturais e as de rebanho asseguram, por si mesmos, a valorização do capital investido. Além disso, o caráter extensivo que caracteriza seu sistema criatório muito se coaduna com o absenteísmo do grande proprietário.

Essa extensividade da criação bovina pode ser entendida, ainda, pelo fato de que a pecuária se constitui numa forma de captação dos incentivos fiscais para a compra de terras. Em épocas de crise na economia, a aquisição de terras se torna uma alternativa rentável de investimento, dado o recu-

descimento da inflação e a falta de um mercado de capitais seguro. Além disso, as terras são buscadas também pelas reservas florestais que elas possam conter ou pelas riquezas a elas associadas, como jazidas minerais.

Dessa forma, a pecuária é capaz de assegurar um bom rendimento e, portanto, passa a ser a atividade mais adequada para encobrir a obtenção de lucros, não através do uso produtivo do solo, mas pela valorização que a terra, em si, poderá vir a ter. Nesse processo, na medida em que a empresa rural se instala e se expande, aumentando na Região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, principalmente os posseiros vêem-se cada vez mais pressionados em função da dificuldade da preservação da posse das terras na luta pela ocupação do espaço. O domínio da grande exploração de caráter empresarial se amplia, assim, em detrimento da pequena produção, e provoca um aumento da concentração fundiária.

É, sobretudo, nesses períodos de grande afluência de investidores para o Centro-Oeste que essa Região se torna foco de atração para um contingente de população que se desloca, em grande parte do Nordeste, mobilizado pela oportunidade de ocupar terras e melhorar suas condições de vida. Entretanto, reduzem-se, cada vez mais, as possibilidades de acesso e fixação à terra e de absorção na condição de trabalhadores rurais pelos grandes empreendimentos, o que se deve à estrutura fundiária altamente concentrada e ao fato de ser a pecuária pouco absorvedora de mão-de-obra. Sendo assim, grande parte daqueles que se dirigem à Região acabam tornando-se trabalhadores temporários, que se deslocam na área, em função das solicitações do mercado de força de trabalho. Portanto, a concentração da terra, aliada à pecuária, são os principais fatores responsáveis pela geração de um mercado de força de trabalho rural que garante a existência de mão-de-obra disponível a preços baixos.

Essa disponibilidade de mão-de-obra é maior, no Centro-Oeste, nas áreas de expansão da fronteira agrícola, que são aquelas onde a força de trabalho tem apresentado crescimento mais acentuado. Já, nas

áreas que se caracterizaram pela transformação técnica do seu processo produtivo, no sentido de uma modernização agrícola, pouco se tem ampliado o contingente de trabalhadores rurais. Sabendo-se que nas regiões de fronteira não vêm sendo criadas condições para o acesso à terra e fixação do trabalhador ao campo, a tendência será a da desaceleração do crescimento do pessoal ocupado na atividade agropecuária. Esta situação coloca uma séria questão que é o fato de o Centro-Oeste — Região com enormes potencialidades de terra — ter deixado de se tornar uma área de assentamento e absorção de população rural para se notabilizar, no cenário nacional, pelos fortes embates resultantes de conflitos entre interesses antagônicos dos diferentes grupos sociais. Inúmeros trabalhos têm demonstrado a forte relação existente entre a violência no campo e as áreas de expansão da pecuária<sup>7</sup>.

Nessa medida, as relações sociais que se estabelecem no processo produtivo, onde predomina a atividade criatória, se rebatem, fortemente, no espaço agrário regional. Assim, a pecuária, que se apresenta disseminada em toda a Região, está associada às fracas densidades demográficas aí dominantes. Os novos mecanismos, criados recentemente, que facilitaram a expansão dessa atividade, explicam a rapidez com

que o capital se aproveitou dessas vantagens para efetuar sua reprodução. O interesse especulativo que dominou esse processo de expansão da atividade criatória gerou espaços vazios ou subutilizados, do ponto de vista da produção e da força de trabalho. Essa forma de apropriação do espaço explica a reduzida especialização de áreas e o pequeno avanço, em termos tecnológicos, que a pecuária alcançou nesses últimos anos.

Essa forma de expansão do capitalismo no campo tem sido responsável pela intensa mobilidade espacial de segmentos da população rural, que não conseguem ser absorvidos no processo de produção da agropecuária. Necessário se faz, portanto, a revisão desse modelo de ocupação que privilegia o grande empreendimento, conduzindo ao uso improdutivo/especulativo da terra e não considera a sua função social. Sobre tudo num momento em que se busca ampliar e aprimorar o processo de redemocratização do País, é fundamental que se garanta o acesso à terra a um elevado contingente de população rural, desprovido desse meio de produção e que se realize a utilização produtiva do solo, levando-se em conta a sua preservação, e que se assegure o bem-estar social daqueles que trabalham a terra.

## BIBLIOGRAFIA

- AGRICULTURA brasileira: a produção para o abastecimento interno. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 5 (2): 4-31, fev. 1981.
- AGROPECUÁRIA — alguns indicadores. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 26 (6): 65-75, jun. 1972; (12): 71-8, dez. 1972.
- AGROPECUÁRIA — preços da terras, do trabalho e dos serviços. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 28 (6): 42-62, jun. 1974.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte*. Belo Horizonte, 1970. v. 2.
- BECKER, Bertha K. Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 28 (4): 297-328, out./dez. 1966.
- BERNARD, Jean. *Pecuária bovina no Centro-Oeste*. s. 1., MINTER. SPR. CAC, s. d. p. 305-89, mimeo.
- CARNE. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 5(9): 29-34, set. 1981.
- CARNE bovina. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 8(2): 13, fev. 1984.
- CARNES, estabilidade do mercado depende de se aumentarem as exportações. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 5(4): 19-23, abr. 1981.
- DECLARAÇÃO da Comissão Episcopal Regional do Centro-Oeste. São Paulo, Ed. Paulistas, 1972.
- EM NOME de uma pecuária melhor. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36(9): 49-56, set. 1982.

7 — Ver a esse respeito trabalhos realizados pela Pastoral da Terra, a exemplo de *Igreja e Problemas da Terra*, organizado por TOMUCI, 1981 e trecho da DECLARAÇÃO da Comissão Episcopal Regional do Centro-Oeste, 1972.

- HEES, Dora Rodrigues. A apropriação do espaço nas áreas de fronteira agrícola brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(4): 703-20, out./dez. 1982.
- \_\_\_\_\_ et alii. A evolução da agricultura na Região Centro-Oeste na década de 70. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 49(1): 197-257, jan./mar. 1987.
- LEITE. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 5(9): 16-8, set. 1981.
- MESQUITA, Miriam Gomes Coelho. Distribuição do gado bovino no sudeste do Planalto Central. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 14(1): 113-9, jan./mar. 1952.
- MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e classes sociais rurais. *Revista de Cultura*, Petrópolis, Vozes, 74(2): 123-36, 1980.
- MUELLER, Charles C. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 13(2): 619-60, ago. 1983.
- \_\_\_\_\_ Análise das diferenças de produtividade da pecuária de corte em áreas do Brasil Central. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 4(2): 285-324, jun. 1974.
- NETZ, Clayton. Por que o brasileiro come menos carne. *Exame*, 25(7): 36-42, jul. 1984.
- PARDI, Miguel Cione. Contribuição ao estudo da pecuária de corte do Brasil Central. *Brasil Rural*; boletim informativo da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, São Paulo, (126): 3-39, 1953. ed. especial.
- PECUÁRIA de corte, posição atual e futura. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 28(6): 108-11, jun. 1974.
- PRECEITOS de política agrícola. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 5(12): 14-5, dez. 1983.
- PRODUTOS animais e derivados, pecuária de corte. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 8(1): 15-7, jan. 1984; (6): 5-11, jun. 1984; (11): 14-6, nov. 1984.
- PRODUTOS animais e derivados, pecuária de leite. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 8(4): 15-7, abr. 1984; (10): 11-3, out. 1984; 9(1): 15-6, jan. 1985.
- SÁ, Maria Elizabeth de Paiva Corrêa de et alii. Região geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 46(1): 79-196, jan./mar. 1984.
- SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de corte*. São Paulo, Secretaria de Agricultura. Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, 1970. 635p.
- SILVA, Delso Moraes da. Estrutura de mercado da bovinocultura de corte. *Fundação JP*; análise e conjuntura, Belo Horizonte, 12(1/2): 2-21, jan./fev. 1982.
- SILVA, Olavo Barros de Araujo e. *Fatores que influem no melhoramento das pastagens*. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, p. 17-28, 1958.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. *Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste*. Brasília, 1985. 64p.
- TOMUCI, Pe. Paulo M. *Igreja e problemas da terra*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- TOYAMA, Nelson Razaki et alii. *A pecuária bovina de corte no Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrícola, 1978. 94p.

## RESUMO

O forte crescimento apresentado pela pecuária no Brasil, sobretudo, a partir da década de 60 e, em especial, na Região Centro-Oeste, despertou interesse no seu estudo a fim de se entender as condições criadas para o seu desenvolvimento e o significado da expansão dessa forma de apropriação do espaço agrário.

O crescimento da atividade criatória tem-se dado tanto através da conquista de novos espaços, com base na grande propriedade rural, quanto pela substituição da lavoura pela pecuária, freqüentemente em área de pequena produção. A rapidez com que se processa essa forma de ocupação do espaço, a grande extensão de áreas que abrange, as repercussões sobre a organização do espaço e as conseqüências sociais que acarretam, tornam relevante o estudo do processo de pecuarização no Centro-Oeste.

Nesse trabalho, foram analisadas, para o período de 1970/80, variáveis que pudessem expressar o crescimento da atividade criatória, bem como o seu sistema de produção no Centro-Oeste. Constatou-se que, nesse período, se deu uma forte ampliação do espaço agrário com a pecuária bovina, fruto de estímulos governamentais. Porém, verificou-se, também, ser ainda muito elevado o grau de subutilização das terras, dado o caráter extensivo da criação bovina. Esta característica pode expressar uma

racionalidade do comportamento do pecuarista, pois, sobretudo no caso da pecuária de corte, torna-se vantajoso, muitas vezes, o processo de produção que se baseia na utilização de grandes áreas com um mínimo de inovações tecnológicas. O grau de extensividade da criação bovina pode ser entendido, ainda, pelo fato de a pecuária constituir uma forma de captação dos incentivos fiscais para a compra de terras. Assim, a pecuária passa a ser a atividade mais adequada para encobrir a obtenção de lucros, não através do uso produtivo do solo, mas pela valorização que a terra, em si, poderá vir a ter.

Essa forma de apropriação do espaço agrário tem sido responsável pela intensa mobilidade espacial de segmentos da população rural que não conseguem ser absorvidos no processo de produção agropecuária. Necessária se faz, portanto, a revisão desse modelo de ocupação que privilegia o grande empreendimento conduzindo ao uso improdutivo/especulativo da terra e que não considera a sua função social.